

PRÁTICAS SOCIAIS E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES DE EDWARD PALMER THOMPSON

SOCIAL PRACTICES AND HISTORICAL EXPERIENCE: EDWARD PALMER AND THOMPSON'S CONTRIBUTIONS

Anderson Roik*
Danuta Estryfika Cantoia Luiz**
José Henrique de Faria***

RESUMO

Edward Palmer Thompson, em seus estudos a respeito da história das classes trabalhadoras inglesas, retomou a experiência histórica enquanto categoria de análise. Além da experiência, o historiador marxista desenvolveu suas concepções sobre classe, consciência e luta de classe. Este artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, tem por objetivo apresentar as contribuições de Thompson na compreensão das práticas sociais. A revisão teórica desenvolvida permite afirmar que Thompson tem como referencia a disciplina histórica e, nessa perspectiva, as práticas sociais devem ser compreendidas em seu movimento histórico. A ideia de processo, contemplada a partir da dimensão histórica, possibilita apontar as possíveis contradições internas bem como as transformações e rupturas de instituições sociais e nos sistemas de organização social, por exemplo. Além disso, a abordagem de Thompson, na medida em que torna visível o lugar dos sujeitos individuais e coletivos na história, reforça a noção de práxis destacando a prática do agir humano.

Palavras-chave: experiência; práticas sociais, Edward Palmer Thompson.

ABSTRACT

Edward Palmer Thompson, in his studies of the history of the English working classes, has taken up the historical experience as a category of analysis. Besides the experience, the Marxist historian developed his conceptions of class, awareness, and class struggle. This article, based on a bibliographical review, aims to present Thompson's contributions to the understanding of social practices. The developed theoretical revision allows to affirm that Thompson has as reference the historical discipline and, in this perspective, the social practices must be understood in its historical movement. The idea of process, contemplated from the historical dimension, makes it possible to point out the possible internal contradictions as well as the transformations and ruptures of social institutions and systems of social organization, for example. Besides that, Thompson's approach, in so far as it makes visible the place of individual and collective subjects in history, reinforces the notion of praxis by emphasizing the practice of human acting. Keywords: experience; social practices, Edward Palmer Thompson.

Key-Words: experience; social practices, Edward Palmer Thompson.

* Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

*** Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (FEA-USP)

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo surge das dificuldades com as quais nos deparamos em uma investigação envolvendo associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis¹. Num primeiro momento, pressupomos prevalecer nessas organizações – entre as catadoras e os catadores que delas fazem parte – o mesmo nível de consciência que caracterizou o processo de participação social, luta e organização política que levou a constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR.

Enquanto principal organização nacional de defesa dos interesses das catadoras e catadores, o movimento se consolidou como ator-chave no processo de discussão sobre reciclagem e meio ambiente no Brasil. Como um dos resultados dessa articulação e mobilização política, ocorreu a criação de centenas de associações e cooperativas a partir da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS.

Como desde seu início o MNCR se aproximou do movimento de economia solidária – ainda em fase inicial no Brasil e que defendia as diretrizes do trabalho associado e da autogestão – isso nos levou, também, a acreditar que as associações e cooperativas que faziam parte da nossa investigação estariam pautadas pela autogestão do processo do trabalho².

No entanto, no processo de aproximação com o campo de pesquisa, percebemos que essas organizações apesar de parecerem similares eram diferentes e, com isso, reafirmamos o entendimento de que o formal não necessariamente corresponde ao real.

Ao refletirmos criticamente sobre essas organizações, compreendemos que não poderíamos esperar os mesmos resultados, uma vez que as organizações são construções sociais, históricas, dinâmicas e contraditórias. Mesmo aquelas organizações que partem de um mesmo objetivo, de um mesmo desejo, ao se constituírem enquanto sujeitos históricos alteram-se nesse processo.

Entendemos que essa é uma questão comum para a área das Ciências Sociais Aplicadas e, particularmente, nas investigações que procuram compreender as atuais práticas coletivas de trabalhadoras e trabalhadores. As organizações, ao mesmo tempo em que se constituem em práticas sociais, são, também, resultado dessas práticas.

A prática social ou práxis social é compreendida, segundo Luiz (2013, p. 21), “[...] como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade, na qual está incluída um conjunto de objetivações dos homens através das atividades produtivas, sociopolíticas e científicas.”

Enquanto produto humano, a prática é realizada por sujeitos reais que se encontram em determinadas relações sociais e em determinados espaços/tempos históricos. Além disso, esses sujeitos sociais, como lembra Formagio (2017, p. 30), “[...] vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas condicionadas pela realidade material e de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social.”

Nesse sentido vislumbramos a importância das contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson na análise das práticas sociais. Em seus estudos a respeito da história das classes trabalhadoras inglesas, Thompson retomou a experiência histórica enquanto categoria de análise. O

¹ ROIK, Anderson. **O trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

² Sobre essa questão ver: FÁRIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2017. p. 629-650.

conceito de experiência corresponde “[...] a uma ‘experiência histórica’ no interior da qual se elabora um espaço de ação no qual se constitui um sujeito de experiência que ocorre através do tempo.” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 62). Isso permite afirmar que uma experiência social envolve uma variedade de interpretações e sentidos.

Considerando a historicidade dos processos de produção da existência humana, este artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, tem por objetivo apresentar as contribuições de Thompson como subsídio teórico-metodológico fundamental à compreensão de diferentes práticas sociais.

CONTRIBUIÇÕES DE EDWARD PALMER THOMPSON

Dentre os escritos de Thompson, podemos destacar a obra *A formação da classe operária inglesa*, que contempla a análise do período compreendido entre 1780 e 1832 em que considera “[...] o modo de vida característico dos trabalhadores, que está associado com um modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante a Revolução Industrial.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

Sua obra é dividida em três volumes (*A árvore da liberdade*; *A maldição de Adão*; e, *A força dos trabalhadores*) e, no contexto da tradição marxista, é considerada um clássico da historiografia de movimentos sociais das classes trabalhadoras.

Assim está escrito o livro. Na parte I, trato das tradições populares vigentes do século 18 que influenciaram a fundamental agitação jacobina dos anos 1790. Na parte II, passo das influências subjetivas para as objetivas – as experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial que me parecem de especial relevância. Tento também avaliar o caráter da nova disciplina industrial do trabalho e da posição, a esse respeito, da Igreja metodista. Na parte III, recolho a história do radicalismo plebeu, levando-a, através do luddismo, até a época heroica do final das Guerras napoleônicas. Finalmente, discuto alguns aspectos da teoria política e da consciência de classe nos anos 1820 e 1830. (THOMPSON, 2004, p. 12).

No volume I (*A árvore da liberdade*), Thompson mapeia a complexidade constitutiva da nova cultura política em meio à qual os trabalhadores viriam a forjar sua identidade de classe. No volume II (*A maldição de Adão*) analisa as transformações vividas pelo mundo do trabalho no período. E no volume III (*A força dos trabalhadores*), retoma a narrativa sobre o desenvolvimento do processo político-cultural discutido no volume I, aliada a compreensão da história social do período proporcionado pelo volume II. (FORTES, 2006).

Ao analisar esse contexto histórico, Thompson³ percebe transformações na vida dos trabalhadores nesse período: a produção voltada para subsistência é ameaçada pela *gentry* (burguesia fundiária) em aliança com o capital comercial e industrial. Por sua vez, tempo livre e tempo de trabalho são divididos, assim como local de vida e local de trabalho. Como bem evidencia Thompson, “[...] o pacto burguês retira dos trabalhadores e trabalhadoras a autonomia para definir a pauta e a rotina do tempo socialmente necessário para produzir sua existência, do qual o lazer e ócio fazem parte.” (TIRIBA, 2014, p. 7).

Em sua análise, Thompson observou que a nova classe organizada emergiu desse contexto e, a partir disso, desenvolveu suas concepções sobre classe, consciência e luta de classe, bem como

³“Quando Thompson aproxima o olhar ao cotidiano popular para analisar como grupos de trabalhadores elaboram, através de seus recursos morais, culturais e afetivos, respostas (conivência e negação) à subordinação e restrição de suas vidas, ele faz oposição a um modo de explicação histórico que traz os sujeitos sempre como reféns da lógica dominante e que, por essa deficiência, precisariam de um guia político que lhes ensinasse a romper com as dominações que lhes envolvem. A oposição é, no plano teórico, aos marxistas estruturalistas e, no plano político, aos militantes partidários que defendem o partido como vanguarda operária.” (FORMAGIO, 2017, p. 228).

experiência. Fortes (2006) defende que a leitura da obra *A formação da classe operária inglesa*, de Thompson, permanece atual e relevante para a análise de problemas que vão muito além do seu objeto específico. O autor destaca a estrutura narrativa do livro enquanto chave para compreensão do método de Thompson.

A formação [obra] permanece instigante, dentre outros motivos, por não oferecer uma teoria das classes sociais e por não apresentar os trabalhadores como sujeitos predestinados da redenção da humanidade, mas sim por oferecer uma narrativa na qual seres humanos explorados e oprimidos por forças econômicas e políticas avassaladoras vivenciam a destruição do seu modo de vida e dos seus valores e, por vias diversificadas e não raro contraditórias, pouco a pouco constroem uma nova cultura, estabelecem sua presença coletiva e diferenciada como um novo divisor de águas no cenário nacional de uma potência capitalista hegemônica e legam à posteridade valores políticos revolucionários de impacto duradouro. (FORTES, 2006, p. 208).

Moraes e Müller (2009) destacam a contribuição que o pensamento em relação à pesquisa sociológica e às questões político-sociais contemporâneas alcança a partir das proposições thompsonianas que têm a disciplina histórica como referência. “Assim, os objetos da pesquisa sociológica, sem perder seu caráter específico, só ganham inteligibilidade se forem compreendidos em seu movimento histórico.” (MORAES; MÜLLER, 2009, p. 481).

O foco principal dos estudos de Thompson, em sua interpretação do materialismo histórico, é a análise dos sujeitos envolvidos na construção de seus próprios destinos. “O pré-requisito dessa abordagem é o de que toda análise teórica deve ser apreendida na prática do ‘agir humano’ e na medida do diálogo entre teoria e evidência, isto é, teoria e pesquisa empírica, sem abandonar a atuação política.” (MORAES; MÜLLER, 2009, p. 486).

Como afirmam Moraes e Müller (2009, p. 496), “[...] o estudo histórico faz-se necessário para que a ideia de processo e transformação se torne mais evidente nos estudos sociológicos, sem o que se esvazia a noção de práxis”. Além disso, a dimensão histórica, na medida em que contempla a ideia de processo, tem por função “[...] apontar as transformações e rupturas nas instituições sociais e nos sistemas de organização social e suas possíveis contradições internas.” (MORAES; MÜLLER, 2009, p. 496).

As classes sociais, na perspectiva de Thompson, são analisadas como um processo em formação, um “fazer-se”. “É a luta que as forma. Daí a importância da experiência.” (VENDRAMINI, 2006, p. 124).

Para a autora, Thompson defende o materialismo histórico como método de análise social para apreensão das contradições sociais e do movimento histórico. Assim como para Marx, o “vir-a-ser” tem lugar de destaque em seu pensamento e na sua prática, Thompson entende o materialismo histórico “[...] como atividade dos homens, como produção da vida, que se constitui num ato histórico, portanto, num ato de transformação, num movimento social permeado por contradições.” (VENDRAMINI, 2006, p. 125).

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a ‘revolução industrial’ – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu extremo, uma ‘vigorosa raça de seres’. As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutáveis da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres – livres como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram. O operário ou o tecedor de meias eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objetos de doutrinação religiosa

maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada (THOMPSON, 2002, p. 17-18).

Nessa perspectiva, Thompson, como argumentam Vendramini e Tiriba (2014, p. 69), “[...] reconhece que ‘objetivo’ e ‘subjetivo’ não são entidades dualisticamente separadas; a compreensão da história como processo pressupõe a análise das condições objetivas e subjetivas das situações reais, no contexto em que as experiências emergem.”

Precisamos destacar que, em sua abordagem, Thompson se recusa a enxergar os trabalhadores como vítimas passivas⁴ e, como afirmam Tiriba e Fischer (2013, p. 543), “[...] reivindica a ‘história vista de baixo’, ou seja, a experiência vivida, percebida e modificada pelos trabalhadores e trabalhadoras que, no século XVIII, na Inglaterra, participaram do formar-se da classe operária.”

Por seu turno, a “história vista de cima”, de acordo com Tiriba e Magalhães (2016), reduz a História em história dos dominadores, na medida em que faz generalizações apressadas e oculta os conflitos sociais. Por isso, para essas autoras, “[...] ganha relevância a análise da ação humana, ou seja, o papel ativo dos homens e mulheres no processo de produção da vida social.” (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016, p. 89).

Em sua abordagem, Thompson valoriza a atuação dos trabalhadores entendendo que, no fazer-se da história, eles contribuíram com esforços conscientes.

Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos. [...] Seus ofícios e tradições poderiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 2004, p. 13).

Moraes e Müller (2009, p. 495) afirmam que essa abordagem *from below* de Thompson continua necessária e atual, especialmente na “[...] perspectiva de uma ciência que propõe não só o entendimento, mas também a elaboração de projetos e análises que sirvam de contraponto às práticas dos sistemas dominantes [...]”.

Thompson (1981) retoma essa categoria – experiência – na crítica⁵ dirigida ao estruturalismo marxista, especialmente ao pensamento de Althusser. “É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo.’”

⁴ Essa perspectiva é coerente com o materialismo histórico, como assinala Lefebvre (2009, p. 57-58): “O marxismo não nos traz um humanismo sentimental e chorão. Marx não se inclinou para o proletariado oprimido para lamentar sua opressão. Ele demonstrou como e por que o proletariado pode libertar-se da opressão e abrir caminho para todas as possibilidades humanas. O marxismo não se interessa pelo proletariado porque ele é fraco, mas porque ele é uma força – não porque é ignorante, mas porque deve assimilar e enriquecer o conhecimento – não porque é rejeitado pela burguesia para o desumano, mas porque traz dentro de si o futuro do homem e rejeita como desumanas as vaidades burguesas. Em uma palavra, o marxismo vê no proletariado o seu dever e o seu potencial.”

⁵ No livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Thompson faz uma crítica detalhada do marxismo estruturalista do filósofo Louis Althusser, contemplando questões de epistemologia e de teoria e prática. Thompson questiona o marxismo estruturalista e seu pensamento idealista que não consideram a experiência ou a influência do ser social sobre a consciência social. Para Formagio (2017, p. 228), esse livro “[...] traz o debate com Althusser sobre os contextos culturais em que se elaboram as resistências de classe. Para Thompson, perspectivas estruturalistas como as de Althusser desconsideram as experiências e escolhas populares que se fazem no cotidiano, ao tomá-las recorrentemente como expressões da ‘falsa consciência’. As críticas e reflexões trazidas nas linhas dessa obra têm como alvo não somente a obra de Althusser e seus próximos, mas um modo de produção de teoria e de prática política ainda hoje muito presente nas esquerdas, o que indica a importância atual de analisar as posições de Thompson.”

(THOMPSON, 1981, p. 182). Esse termo, segundo Thompson, é a “experiência humana”, o termo ausente ou termo que falta no pensamento de Althusser.

De acordo com Vendramini (2006), a reprodução e a produção, no estruturalismo marxista, são compreendidas no sentido restrito e exclusivo de “práticas econômicas de produção”. Com isso, o papel ativo dos homens na história é negado e transformado em mero desdobramento das estruturas. “Opõe a noção de processo e totalidade social à noção de estrutura e sistema, na medida em que nestas não há sujeitos e relações, mas estruturas rígidas que impedem a ação humana.” (VENDRAMINI, 2006, p. 126).

A concepção estruturalista implica uma oposição absoluta entre realidade e pensamento. Isso porque há uma separação entre a esfera econômica e a subjetividade humana, sendo as determinações do real para a consciência, transferidas sem mediações. (VENDRAMINI, 2006).

Contrariando este pensamento, Thompson (1981, p. 182, grifo do autor) esclarece:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Para Silva (2001), um dos traços centrais do pensamento de Thompson é a crítica ao determinismo econômico e, por isso, em suas análises toma em primeiro plano uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das tradições dos trabalhadores. Neste sentido, Formagio (2017, p. 242) escreve:

Thompson não secundariza os processos econômicos, a questão não é a inversão de sinais, e sim repensar a relação entre as ‘condições dadas’ e os sujeitos ‘agentes da história’. A proposta do autor é trabalhar menos com a ideia de determinação, que pressupõe marionetes que se movem conforme os balanços estruturais, do que com a noção de limitações e pressões. O modo de organização social exerce pressões, tensiona a permanência, mas há variadas respostas dos grupos sociais a tais pressões, há furos ao esperado, redesenham-se as cenas.

A recusa quanto ao determinismo econômico e, em especial, da ideia de classe como efeito do modo de produção, aproximam Thompson da linha seguida por Hobsbawm. Nessa perspectiva, “[...] a consciência de classe é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu autorreconhecimento e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção.” (SILVA, 2001, p. 66).

Fortes (2006) explica que Thompson concordava que o desenvolvimento do capitalismo inglês determinou o aparecimento do operariado como novo sujeito político e social, mas de maneira um pouco diferenciada da ortodoxia marxista. Afinal, Thompson entende a ideia de determinação no sentido atribuído por Raymond Williams, em que:

[...] as transformações estruturais, inclusive as de âmbito cultural, estabelecem limites e exercem pressões que definem o enquadramento dos processos sociais, no interior dos quais seres humanos concretos (e não classes) fazem a história a partir de escolhas e apostas conscientes, embora atuem em condições pelas quais não optaram e por meio de processos cujos desdobramentos escapam ao seu controle. (FORTES, 2006, p. 208).

Fortes (2006) acrescenta que, na perspectiva de Thompson, não é possível entender a estrutura produtiva como dado naturalizado preexistente e dela se deduzir o caráter das classes sociais⁶.

Por isso, a importância da categoria experiência que, segundo Thompson (1981), por mais imperfeita que seja, é “[...] indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981, p. 15). A experiência corresponde ao vivido pelos sujeitos individuais e coletivos, diz respeito aos acontecimentos, às ações e ao sentido que a elas se atribui.

A experiência é definida, segundo Vendramini e Tiriba (2014, p. 64), como “[...] uma categoria com sentido histórico, capaz de apreender no campo do pensamento a síntese dos elementos da vida concreta, real, os quais dizem respeito à objetividade e à subjetividade, ao individual e ao coletivo, ao universal e ao particular.” Segundo as autoras, essa categoria possibilita ao pesquisador compreender as particularidades e singularidades dos processos de produção da vida social. Trata-se de uma categoria necessária para a compreensão da totalidade social.

Isso fica claro quando se observa que, em suas análises, o autor considera “[...] o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho e da educação, aliadas às condições subjetivas, à experiência humana e à aprendizagem constituídas coletivamente pelos sujeitos sociais.” (VENDRAMINI, 2006, p. 124).

Thompson utiliza a expressão “fazer-se”, por entender que a formação da classe operária inglesa se trata de um processo ativo e, no seu estudo, afirma que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.” (THOMPSON, 2004, p. 9).

Para Thompson existe uma relação permanente entre a matéria e o pensamento, o diálogo entre o ser social e a consciência social. “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” (THOMPSON, 1981, p. 16).

Nesse sentido, também, é que dirige sua crítica a Althusser por ignorar tal relação:

Obviamente, esse diálogo se processa em ambas as direções. Se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar um filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de ‘reflexões’ daquela mesa. Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou como lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido [...]. (THOMPSON, 1981, p. 17).

Isso significa dizer que a ação humana é uma determinação que não pode ser desprezada. Afinal, com a mediação da experiência, a vida material, a vida social e a vida cultural se entrelaçam.

A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’

⁶ “Thompson direcionou críticas não ao marxismo em si, perspectiva da qual o autor se reconhece como parte, mas a uma forma específica de apropriação da obra de Marx em que as ações do sujeito já surgem pré-determinadas pelos contextos sociais, não restando espaço para se considerar a variedade de interpretações e sentidos que envolvem uma experiência social. O teor de determinação é questionado para trabalhar com o termo pressão. Os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas condicionadas pela realidade material e de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social.” (FORMAGIO, 2017, p. 230).

a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Uma classe não pode ser definida como simples fenômeno cultural, visto que nenhuma formação social é independente de determinações objetivas. Assim, como fez Thompson, é necessário proceder a uma análise criteriosa das determinações concretas para, assim, evitar entender a classe como um conceito estático dentro de um processo histórico. Isso é possível com “[...] o entendimento de como, pela experiência, esses homens e mulheres vivem, percebem, sentem, fazem e refazem o conjunto das relações sociais, determinadas tanto por pressões externas como pela vontade coletiva.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 69).

Esse exercício exige que o pesquisador, a partir de uma única experiência, evite generalizações – assim como advertiu Thompson – e realize “[...] uma reconstrução histórica que considere as particularidades de cada espaço/tempo, como as formas como se materializam no tecido social as questões de religiosidade, dos laços sindicais, da cultura popular, da composição do campesinato etc.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 62).

A noção de classe, na perspectiva de Thompson, carrega em si a noção de relação histórica. Nesse sentido, para compreendê-la não é possível imobilizá-la num dado momento e, assim, dissecar sua estrutura. Nessa perspectiva, Thompson (2004, p. 11-12) afirma:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias [sic] e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição⁷.

No contexto de formação da classe operária inglesa, por exemplo, Thompson observou que dois estilos de vida estavam em disputa destacando diversos elementos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da consciência da classe operária.

No processo de transição para o capitalismo, de um lado, encontram-se os instrumentos disciplinares das fábricas, das escolas dominicais, da igreja etc., para impor a ordem moral necessária para a vitória da indústria capitalista, destruindo o equilíbrio entre vida urbana e vida no campo. De outro lado, enriquecidas pelo radicalismo político e pelo *owenismo*, constata-se o crescimento do número de rituais de reciprocidade entre os trabalhadores, reforçando os valores e práticas coletivistas, propagadas na teoria política, nos cerimoniais dos sindicatos e associações de ofício. (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 63).

A classe, na perspectiva de Thompson, é uma categoria histórica derivada da observação sobre comportamentos coletivos. Por sua vez, não corresponde a mera expressão de relações de produção

⁷ A classe é aqui compreendida em sua experiência histórica. Thompson, em nosso entendimento, quis dizer que a compreensão de uma classe exige mais do que a distinção determinada pelas relações de produção, por exemplo, burguesia e proletariado. No entanto, isso não significa que essa determinação seja menos importante e/ou desconsiderada. Segundo Formagio (2017, p. 240): “A ideia de determinação da base sobre a superestrutura acabou por criar tantas dificuldades analíticas e seguiu sendo questão de incessantes debates. Há expectativas de que integrantes de uma mesma classe social comporte-se de modo similar, ou como refém submisso da posição social em que está ou com rebeldia à desigualdade percebida, mas não vemos exatamente essas reações, mas sim uma variedade de respostas: há concordâncias, revoltas, oportunismos, desesperanças, resistências variadas. No objetivo de considerar as mediações que envolvem as experiências vividas, Thompson tentou construir um caminho analítico que o autor nomeia como materialismo histórico e cultural, deslocando o teor de determinação para trabalhar com o termo pressão: os sujeitos sociais vivenciam pressões sociais e a elas elaboram respostas, fazem escolhas, de acordo com as mediações culturais dispersas no meio social. Se são pressões, e não determinações, então os comportamentos não podem ser totalmente previstos, é até possível indicar tendências, mas diante da consideração de que elas podem não acontecer.”

preexistentes e não pode ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações. (FORTES, 2016).

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p. 277).

Thompson entende a classe como um fenômeno histórico “[...] que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência.” (THOMPSON, 2004, p. 9). A classe deriva de processos sociais através do tempo e, como o autor acrescenta, ocorre efetivamente nas relações humanas e sua ocorrência pode ser demonstrada. Ela não é nem uma “estrutura” e nem uma “categoria”.

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem [sic] numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001, p. 275)⁸.

Thompson adverte que sua afirmação – classe e consciência de classe⁹ são sempre o último estágio de um processo real – não seja tomada no sentido literal e mecânico. Para o autor, só se pode falar de classes quando as pessoas, frente a outros grupos, entram em relação e em oposição sob uma forma classista. Isso se dá por meio de um processo de luta que compreende uma luta em nível cultural. E não se pode falar de classes sem que, nesse processo, modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes. (THOMPSON, 2001).

Nessa perspectiva, Fortes (2006, p. 200, grifo do autor) afirma que:

[...] para Thompson, classe é a *relação* de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem os seus interesses coletivos em contraposição aos de outros, não a soma desses indivíduos, cujas posições na estrutura social, afinal de contas, são muito mais instáveis do que pressupõe muitos modelos sociológicos.

Num processo imanente, a classe e a consciência de classe se formam juntas na experiência. Assim, Vendramini e Tiriba (2014, p. 58) observam que “[...] as categorias emergem das relações sociais, são históricas e representam as situações reais no campo do pensamento.” Visto que Thompson considera a história uma ciência em construção, como história dinâmica dos sujeitos reais, as categorias se apresentam como expressão das relações humanas.

⁸ “[...] las clases no existen como entidades separadas, que miran en derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras, fases del proceso real histórico.” (THOMPSON, 1984, p. 37).

⁹ “Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. Até aquela díspar e móbil entidade que é a multidão ou a plebe da Inglaterra do século XVIII possuía uma noção de seus direitos de legalidade e de respeito, que foram investigados pelos historiadores. Se a noção de seus próprios direitos e a própria consciência fossem outras e diversas de suas atitudes, então teria tido lugar um outro tipo de classe, como de fato começou a haver depois de 1816. Mas dizer que uma classe em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.” (THOMPSON, 2001, p. 279-280).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam sua identidade e seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias [sic] e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 2004, p. 10).

Thompson, conforme apontam Vendramini e Tiriba (2014, p. 61), “[...] considera as classes como um processo em formação, um ‘fazer-se’, constituída e constituinte da luta, o que implica considerar a experiência humana, a qual é gerada na vida material e estruturada em termos de classe”. A noção de classes é imanente à noção de luta de classes.

Contudo, uma vez tomadas todas as precauções necessárias, o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da ‘classe operária’. Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária. (THOMPSON, 2002, p. 17).

Thompson tem como eixo de suas análises sobre o(s) mundo(s) do trabalho os movimentos do real, na sua singularidade e na sua totalidade, e destaca a agência humana dentre as múltiplas determinações do processo histórico. Quando analisa o processo histórico, Thompson coloca em evidência aspectos até então pouco estudados, ressaltando em suas obras “[...] a experiência histórica e a cultura popular, geradas na própria vida e que permitem tornar visível o lugar do sujeito coletivo no processo de trabalho e nos movimentos sociais populares.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

Nesse sentido, é possível afirmar que “[...] embora a categoria práxis seja pouco mencionada, esta é, sem dúvida, uma categoria fortemente presente na obra de Edward Thompson.” (TIRIBA, 2014, p. 7).

Em seu estudo, Alves e Araújo (2013¹⁰) buscam compreender dialeticamente a categoria de experiência que, enquanto práxis social, tem como modelo a categoria trabalho. Segundo Alves e Araújo (2013), Thompson faz um contraponto ao althusserianismo no exercício de expor a relação dialética entre prática social e estrutura, agir humano e determinação, luta e condições sociais.

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16, grifo do autor).

Em sua abordagem, Thompson difere a experiência I (experiência vivida) de experiência II (experiência percebida), consistindo em um esforço categorial a fim de demonstrar a natureza dialética da relação entre estrutura e sujeito e entre base e superestrutura. Isso remete “[...] ao problema

¹⁰Em seu estudo, Alves e Araújo (2013) buscam compreender dialeticamente a categoria de experiência que, enquanto práxis social, tem como modelo a categoria trabalho. Nesse sentido, aproximam as análises históricas concretas – Thompson – com a razão dialético-materialista, pressuposta na ontologia do ser social – Lukács.

crucial das 'determinações'¹¹, que expressa, por conseguinte, o problema da práxis social ou da ação histórica dos homens." (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 60).

A experiência vivida remete ao ser social (a experiência I de Thompson). Mas não existe experiência vivida que não seja também experiência percebida (a experiência II de Thompson), no sentido de consciência social com percepção e entendimento da condição existencial. É a experiência II que remete à consciência social ou ideológica. Os homens dão respostas às condições existenciais por meio da ideologia: eis o caráter positivo da ideologia, no sentido de Gramsci e Lukács, em que ideologia não se reduz à falsa consciência, mas sim significa consciência social. (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 62).

Dessa maneira, segundo os autores, Thompson ressalta o caráter de "determinação determinada" da experiência histórica. Enquanto que para Althusser, "[...] a experiência é puramente ideológica e a classe mero depositário do processo histórico, processo esse que prescindir de sujeitos." (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 57).

A experiência, na afirmação de Alves e Araújo (2013, p. 62), "[...] é um instrumento categorial rico para apreendermos o que as pessoas, isto é, as individualidades pessoais de classe, estão fazendo de si mesmas frente às determinações da condição de proletariado". Nesse sentido, trata-se de uma experiência que, segundo Alves e Araújo (2013, p. 63), "[...] é sempre gerada na vida material sob a pressão determinante do modo de produção sobre a consciência dos indivíduos."

Os valores não são 'pensados', nem 'chamados'; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias [sic]. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e 'aprendidas' no sentimento) no 'habitus' de viver; e, aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p. 194, grifo do autor).

A História, na perspectiva de Thompson, necessita ser entendida como um processo estruturado que "[...] tem por base (ou infraestrutura) relações sociais de produção hegemônicas em determinados espaços/tempos históricos." (TIRIBA, 2014, p. 6). Esse processo, no qual as mediações estão carregadas de elementos contraditórios, corresponde aos movimentos da vida real e suas múltiplas determinações¹².

Na abordagem de Thompson sobre o processo histórico, outras determinações entram em cena, sendo que a agência humana assume o protagonismo. "Afinal, é pela práxis, é pela capacidade de ação/pensamento/ação, ou seja, é pela própria agência humana que se dá a possibilidade de criação e recriação da realidade humano-social" (TIRIBA, 2014, p. 6-7). O que Thompson faz é tornar visível o lugar dos sujeitos individuais e coletivos na história. No entanto, como lembra Tiriba (2014), não faz parte de sua análise o menosprezo com relação às determinações econômicas, culturais e educacionais impostas pela burguesia como classe em ascensão.

¹¹ Alves e Araújo (2013) utilizam uma exposição de Mészáros sobre a problemática das "determinações", para contrastar (e não contrapor) com a exposição de Thompson, no resgate do caráter dialético do conceito-mediador de experiência.

¹² "Se dizemos que os valores são apreendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias [sic] e ações, são tão 'sujeitos' (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados." (THOMPSON, 1981, p. 194, grifo do autor).

A classe social é formada, em sua historicidade, a partir relações vividas no processo de produção da vida social. Nesse sentido, a partir de fontes documentais, Thompson traz “[...] à tona a agência de mulheres e homens trabalhadores que se organizam para defender sua forma de viver, em oposição às relações sociais de produção e reprodução da vida impostas pela classe que detém a hegemonia cultural.” (TIRIBA, 2014, p. 8).

A cultura, por sua vez, está intimamente vinculada na vida material sendo entendida como um processo social constitutivo que cria modos de vida específicos e diferenciados.

Introduzi, algumas páginas atrás, outro termo médio necessário, ‘cultura’. E verificamos que, com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como idéias [sic], no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (ou através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na obra sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson destaca as questões culturais, todavia, no livro *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, ele faz um alerta: “E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Ainda sobre essa questão, ao explorar os confrontos e negociações entre patrícios e a plebe, Thompson (1998, p. 17) escreve:

[...] espero que a cultura plebeia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a ‘cultura popular’ é situada no lugar material que lhe corresponde. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Thompson (1998) afirma que a hegemonia suprema da *gentry* – uma hegemonia que era laica, e não religiosa ou mágica –, pouco poderia fazer para determinar o caráter dessa cultura plebeia. Ela poderia apenas definir os limites dentro dos quais a cultura plebeia tinha a liberdade para atuar e crescer.

Para Vendramini e Tiriba (2014, p. 61), “[...] a cultura popular constitui-se como campo de resistência e luta contra a exploração e, ao mesmo tempo, como campo de disputa de interesses conflitantes”. Nesta perspectiva, segundo as autoras, ela deve ser compreendida fora de um quadro de imposição hegemônica da dominação de classe.

Fortes (2016) destaca a forte presença da dimensão cultural no processo de formação da classe na obra de Thompson. Isso fica evidente no capítulo conclusivo de *A formação da classe operária inglesa*, quando Thompson identificou “o radicalismo popular” da década de 1820 como uma “cultura intelectual”, uma “cultura política”. Diante dessa formação cultural que tinha como base um grande esforço de autoinstrução, Thompson (1987, p. 303) afirma: “é possível falar de uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe.” Nas palavras do autor, essa foi, talvez, a cultura popular mais destacada que a Inglaterra conheceu.

Sempre que afrouxava a pressão dos dominantes, saíam homens das pequenas oficinas ou aldeolas de tecelões e sustentavam novas reivindicações. Fora-lhes dito que não tinham direitos, mas sabiam que nasceram livres. A milícia montada investiu a cavalo em sua reunião, e o direito de reunião pública foi conquistado. Os panfletistas foram presos, e das prisões editaram panfletos. Os sindicalistas foram encarcerados, e foram acompanhados ao cárcere por procissões com faixa e bandeiras sindicais. [...] Assim segregadas, suas instituições adquiriram uma singular resistência e flexibilidade. A classe também adquiriu uma ressonância singular na vida inglesa: tudo, das suas escolas às suas lojas, das suas capelas aos seus divertimentos, converteu-se num campo de batalha de classe. (THOMPSON, 1987, p. 439).

Assim, a cultura popular, o autodidatismo dos trabalhadores e as aprendizagens coletivas como elementos de educação política ganham destaque em suas análises. E, aqui, nos parece importante enfatizar a questão da consciência articulada do autodidata que veio a se tornar consciência política. “As vilas, e até as aldeias, ressoavam com a energia dos autodidatas. Dadas as técnicas elementares de alfabetização, os diaristas, artesãos, lojistas. Escreventes e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente ou em grupo.” (THOMPSON, 1987, p. 304). Thompson salienta que, nas primeiras décadas do século, cerca de dois em cada três operários conseguiam ler de alguma forma, sendo o número de operários que sabiam escrever menor ainda.

Um sapateiro, que aprendera a ler pelo Antigo Testamento, ia se aperfeiçoar com a *Idade da Razão*; um mestre-escola, cuja instrução não o levava muito além de homilias religiosas, tentaria Voltaire, Gibbon, Ricardo; aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaia-tes reuniram pilhas de periódicos radicais e aprenderiam a usar as publicações oficiais do Parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett. Assim, a partir de sua experiência própria e com os recursos à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político de organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como ‘classes industriais’ e, de outro, a Câmara não reformada dos Comuns. De 1830, em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mas claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas. (THOMPSON, 1987, p. 304).

De acordo com Thompson (1987, p. 303), nos primeiros anos do século a “classe industrial” reunia “[...] um milhão ou mais de analfabetos, ou de alfabetizados cujo grau de instrução ia pouco além da capacidade de soletrar umas poucas palavras ou de escrever seus nomes”. Esse elevado grau de analfabetismo, no entanto, não excluía os indivíduos do discurso político, visto que: “O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão.” (THOMPSON, 1987, p. 304-305).

Nesse sentido, Thompson (1987) afirma que o grande ganho espiritual da revolução industrial foi essa autoconsciência coletiva. Nessa mudança de perspectiva, os trabalhadores na defesa de um modo de vida mais antigo e, em muitos aspectos, mais humanamente compreensível, exerciam o seu poder coletivo de classe:

[...] por essa comunidade ou aquela sociedade cooperativa, por esse obstáculo ao funcionamento cego da economia de mercado, aquele decreto legal ou aquela medida de assistência aos pobres. E implícito, se nem sempre explícito, em sua perspectiva estava o perigoso princípio: a produção deve ser não para o lucro, mas para o uso. (THOMPSON, 1987, p. 438).

Para o autor, essa classe operária inglesa de 1832 foi uma formação única. “Visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, tive o cuidado de evitar generalizações para além da experiência inglesa.” (THOMPSON, 2004, p. 12).

Vendramini e Tiriba (2014) também alertam para o risco de se fazer generalizações a partir do estudo de Thompson sobre a experiência inglesa. É necessário procurar entender, em cada caso, os processos de produção da existência em suas singularidades sempre considerando a participação ativa dos sujeitos sociais.

Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2004, p. 10, grifo do autor).

A forma de ser da classe trabalhadora se modificou com a crise do trabalho assalariado e com as novas configurações do mundo do trabalho. O trabalho temporário, sazonal e em tempo parcial passa integrar o cotidiano de homens e mulheres que experimentam a precarização da própria vida, enquanto expressão da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações entre capital e trabalho. “Ainda que diversa, variada, dividida com base na ocupação, habilidade, gênero, ideologia etc., a classe trabalhadora compreende uma vasta maioria da população que, para viver, depende da venda de sua força de trabalho.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 66).

Assim, as elaborações de Thompson podem contribuir para o entendimento do “[...] atual processo de constituição da classe trabalhadora, sua identidade, suas lutas, sua experiência e seu sentido histórico.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão teórica que desenvolvemos permite afirmarmos que Thompson tem como referência a disciplina histórica e, nessa perspectiva, as práticas sociais devem ser compreendidas em seu movimento histórico. A ideia de processo, contemplada a partir da dimensão histórica, possibilita apontar as possíveis contradições internas bem como as transformações e rupturas de instituições sociais e nos sistemas de organização social, por exemplo.

As contribuições de Thompson sugerem a necessidade de refletirmos sobre o lugar que as experiências – vividas e interpretadas pelos próprios agentes – têm nas ações coletivas. Às discussões sobre a categoria experiência, somamos suas concepções sobre classe, consciência e luta de classe.

Entendemos que a abordagem de Thompson, na medida em que torna visível o lugar dos sujeitos individuais e coletivos na história, reforça a noção de práxis destacando a prática do agir humano.

Ao tratarmos das experiências coletivas dos trabalhadores, precisamos considerar que a forma de ser da classe trabalhadora se modificou com a crise do trabalho assalariado e com as novas configurações do mundo do trabalho. Além disso, o trabalho temporário, sazonal e em tempo parcial passa a integrar o cotidiano de homens e mulheres que experimentam a precarização da própria vida, enquanto expressão da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações entre capital e trabalho. “Ainda que diversa, variada, dividida com base na ocupação, habilidade, gênero, ideologia etc., a classe trabalhadora compreende uma vasta maioria da população que, para viver, depende da venda de sua força de trabalho” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 66).

Nesse sentido é que as elaborações de Thompson podem contribuir para o entendimento do “[...] atual processo de constituição da classe trabalhadora, sua identidade, suas lutas, sua experiência e seu sentido histórico” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 56).

Tiriba e Fischer (2013) destacam os aspectos metodológicos presentes na obra de Thompson – apresentados por Vendramini (2006) – que contribuem para a análise das práticas sociais, sendo necessário:

[...] apreender a singularidade sem perder de vista a totalidade dos fenômenos sociais; apreender as contradições da realidade; apreender os aspectos subjetivos e objetivos; atentar para a diversidade das experiências coletivas e, ao mesmo tempo, os sentidos que podem ser encontrados no interior das relações sociais e, ainda, a dialética entre passado, presente e futuro (historicidade) dos fenômenos (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 544-545).

Tomar Thompson como referência permite a reflexão sobre a realidade atual e o seu vir a ser. “Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice na direção de seu fluxo futuro” (THOMPSON 1981, p. 58).

São sujeitos reais que se encontram em determinadas relações sociais e em determinados espaços/tempos históricos que realizam as práticas sociais. Sujeitos que, ao sofrerem limitações e pressões do modo de organização social, respondem de variadas formas. Afinal, a experiência na medida em que corresponde ao vivido pelos sujeitos – individuais e coletivos –, faz referência aos acontecimentos, às ações e ao sentido que a elas se atribui.

Isso reforça nosso entendimento de que a experiência é um instrumento categorial importante quando queremos apreender as práticas sociais, assim como fizemos na investigação envolvendo associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis e que provocou a proposta desse artigo.

A categoria experiência foi fundamental para que pudéssemos refletir criticamente sobre a realidade e avaliarmos a potência daquelas organizações coletivas enquanto práticas sociais. Do contrário, corríamos o risco de falsas análises.

Vale ressaltarmos que o processo de pesquisa desenvolvido teve como fundamentos outros referenciais teórico-metodológicos que foram somados a Thompson e, principalmente, a recorrência aos sujeitos de pesquisa que compuseram a face completa da análise traçada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência — um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 10, p. 53–70, 2013.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2017. p. 629-650.

FORMAGIO, Cessimar de Campos. Sobre resistências populares e imprevistos: a trajetória de Edward Thompson e sua crítica ao marxismo estruturalista. **Sinais** v. 21, n. 2, 2017.

FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade. A atualidade de E.P. Thompson. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 197–215, 2006.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora : algumas considerações. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 587–606, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e serviço social: a potencialidade da prática profissional** - 2. ed. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2013.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. **PERSPECTIVA**, v. 27, n. 2, p. 481–517, 2009.

ROIK, Anderson. **O trabalho como princípio educativo na experiência de organização coletiva da Cooperativa de Catadores dos Agentes Ambientais de Irati-PR**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SILVA, Sergio. Thompson, Marx, os marxistas e outros. In: NEGRO, Luigi Antonio; SILVA, Sergio (Org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 59-71.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. II, A maldição de Adão. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. III, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, v. I, A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Tradução de Waltemir Dutra.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas Observações Sobre Classe e "Falsa Consciência". In: NEGRO, Luigi Antonio; SILVA, Sergio (Org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 269-281.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: Costume e cultura. **Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y conciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 13-61.

TIRIBA, Lia. Por que Thompson?. **Trabalho Necessário**, v. 18, p. 5-17, 2014.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva (UFSC)**, v. 32, p. 527-551, 2013.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 70, p. 87-102, dez. 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, v. 10, n.2, p. 123-129, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 55, p. 54–72, 2014.